



## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL – VARA ÚNICA

COMARCA	ULIANÓPOLIS
UNIDADE INSPECIONADA	VARA ÚNICA DA COMARCA DE ULIANÓPOLIS
COMPETÊNCIA DA UNIDADE ATO NORMATIVO	GERAL
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	06/05/2024 - EDITAL Nº 002/2024-CGJ
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	FELIPE ASSUNÇÃO CASTRO DIRETOR DE SECRETARIA.
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	TIARA GUEDES AIRES ANALISTA JUDICIÁRIO CGJ

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

#### Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

RODRIGO ALMEIDA TAVARES, juiz de direito respondendo pela unidade desde 22/01/2024 até ulterior deliberação (Portaria nº 190/2024-GP).

#### 1.1. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: Não
- b. Folgas compensatórias: Não
- c. Licenças: Não

#### 1.2. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

A Secretaria da CGJ prestou a seguinte informação: “Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Ulianópolis – Vara Única - TJPa", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: **PP 0000916-07.2024.2.00.0814** (conclusos com manifestação), **CorOrd 0000680-55.2024.2024.2.00.0814** (Distribuído/Conclusos); Informo por derradeiro, que **nada foi localizado em desfavor do magistrado Rodrigo Almeida Tavares**”.

Não foram identificados expedientes pendentes de resposta nos demais setores.

### 2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

#### 2.1. Quadro de pessoal:

Na época da Inspeção a lotação paradigma da unidade estava atendida com 06 servidores. Porém, a servidora IRANÉIA SILVA DE OLIVEIRA pediu exoneração. Estão



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

aguardando a reposição de um analista judiciário.

### 2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	04
Exclusivamente comissionados(as)	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	04
Estagiários/as	01
Terceirizados/as	00

— Informe local de trabalho para pesquisa:

Vara Unica da Comarca de Ulianopolis



SubArea	Comarcas do Interior
.otação	Vara Unica da Comarca de Ulianopolis
gestor(a)	Felipe Assuncao Castro
.ocalização	FORUM DES. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM
Telefones	(91) 3726-1799
E-mail Institucional	
Tuiz Titular	David Jacob Bastos
Tuiz Substituto	Rejane Barbosa da Silva

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Ana Caroline Nascimento Aguiar	Estagiário	Estagiário	Normal
Andrea de Oliveira Santos	Requisitado	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Anna Karolyne dos Santos Costa	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Antonio Cassio Santos da Costa	Efetivo	Analista Judiciario	Férias: 17/07/2024 - 31/07/2024 - Dia(s): 15.
David Jacob Bastos	Magistrados	Diretor do Forum de Ulianopolis	Normal
Eric Victo Araujo Gomes	Estagiário	Estagiário	Normal
Felipe Assuncao Castro	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Iraeina Silva de Oliveira	Efetivo	Efetivo	Normal
Mayara Barbosa Soares Santos Moura	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Afastamento: Licenca Maternidade-0 a 180 dias: 16/02/2024 - 13/08/2024 - Dia(s): 180
Ruan Lacerda de Brito	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Tatiane Janaina Barros Ramos	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal

**OBS CGJ:** A servidora ANDREA DE OLIVEIRA SANTOS, cedida, e a estagiária ANA CAROLINE NASCIMENTO AGUIAR estão exercendo suas atividades no Gabinete. A servidora MAYARA BARBOSA SOARES SANTOS MOURA, auxiliar judiciária, está de licença maternidade, quando retornar irá ser lotada no Gabinete.

### 2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	00
Exclusivamente comissionados(as)	01
Cedidos(as)/Requisitados(as)	01
Estagiários(as)	01
Terceirizados(as)	00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gabinete da Vara Unica da Comarca de Ulianopolis

SubÁrea Comarcas do Interior  
Lotação Gabinete da Vara Unica da Comarca de Ulianopolis  
Localização FORUM DES. NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM  
Telefones (91) 3726-1799  
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Jonatas Pinheiro de Souza	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Normal

## 2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2024?

O acompanhamento dos resultados alcançados é feito através dos indicadores fornecidos pelo Painel de Gestão Judiciária e o controle das metas nacionais é realizado pelo Portal de Metas Nacionais.

**OBS CGJ:** A unidade apresentou **plano de ação (anexo I)**, porém verificou-se que não contempla todos os servidores, apenas magistrado, assessor e diretor de secretaria. Ademais, durante a Inspeção restou constado que a unidade não realiza reuniões periódicas para acompanhamento do referido plano, bem como não há previsibilidade de revisão periódica para as atualizações ou readequações necessárias visando atingir os resultados almejados.

A equipe da CGJ refletiu com o magistrado e servidores sobre a **necessidade de individualizar as etapas e ações desenvolvidas no plano de ação, indicando os responsáveis** por cada uma delas, bem como estabelecer data para as **reavaliações, no máximo a cada 90 dias, com a finalidade de analisar se as ações que estão sendo desenvolvidas** estão gerando resultados satisfatórios e, se houver necessidade, proceder a readequação do plano implementando novas ações.

Assim, RECOMENDA-SE a atualização do plano de ação da unidade judiciária, individualizando as etapas e indicando os servidores responsáveis, bem como incluindo coluna para revisão trimestral, devendo anotar os resultados alcançados e as eventuais readequações, conforme as necessidades do plano.

## 2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

O servidor Felipe Assunção Castro fez os seguintes cursos no período:  
Acessibilidade e Inclusão no Ambiente Jurídico: 19/11/2023;  
Agenda 2023 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 21/09/2022;  
Atualização em Rotinas dos Juizados Especiais Cíveis: 21/09/2022;  
Rotinas cíveis no PJe: 21/09/2022.  
Fluxo do PJE Criminal: 21/09/2022;  
Teletrabalho: 02/08/2022.  
Ética no serviço público do Poder Judiciário do Pará: 22/10/2022.  
Comunicação não violenta: 03/06/2023.  
Gestão de Conflitos e Negociação: 18/06/2023;  
Introdução ao Excel: 09/07/2023.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sistema Nacional de Gestão de Bens - 2023: 11/11/2023.

Os demais servidores não realizaram cursos nos últimos 24 meses.

**O Diretor de Secretaria informou que está sendo feita a cobrança para realização dos cursos, todavia não é observada no momento da avaliação periódica de desempenho.**

**OBS CGJ.:** Restou observado que a maioria dos servidores da unidade não realizou cursos nos últimos 24 meses. Apenas o Diretor de Secretaria realizou cursos para uma maior expertise no desenvolvimento das tarefas. **Importante registrar a relevância para os servidores não estáveis no que se refere a realização de cursos, com finalidade de aprendizagem e afincamento no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício do cargo de forma eficiente. DURANTE A INSPEÇÃO A CGJ ORIENTOU QUE TODOS OS SERVIDORES REALIZEM CURSOS DE ATUALIZAÇÃO, O QUE DEVERÁ SER LEVADO EM CONTA PELO GESTOR NO MOMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.**

**RECOMENDA-SE ao Juiz Titular da Unidade e Diretor de Secretaria,** quando da realização de avaliação periódica de desempenho (tanto para fins de estágio probatório quanto para progressão), que verifiquem os cursos realizados pelo servidor no período dos últimos 12 (doze) meses.

### **3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

**3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

Na ocasião da inspeção não havia expedientes em aberto. O Fórum da Comarca de Ulianópolis passou por uma reforma no último ano, tendo sido criada a sala de depoimento especial, adaptação do banheiro para assegurar acessibilidade, pintura das áreas internas e externas. A sala de depoimento especial ainda vai ser equipada. A unidade aguarda a chegada do cartão bancário do novo suprimento, a fim de solicitar os recursos para montagem e instalação dos equipamentos.

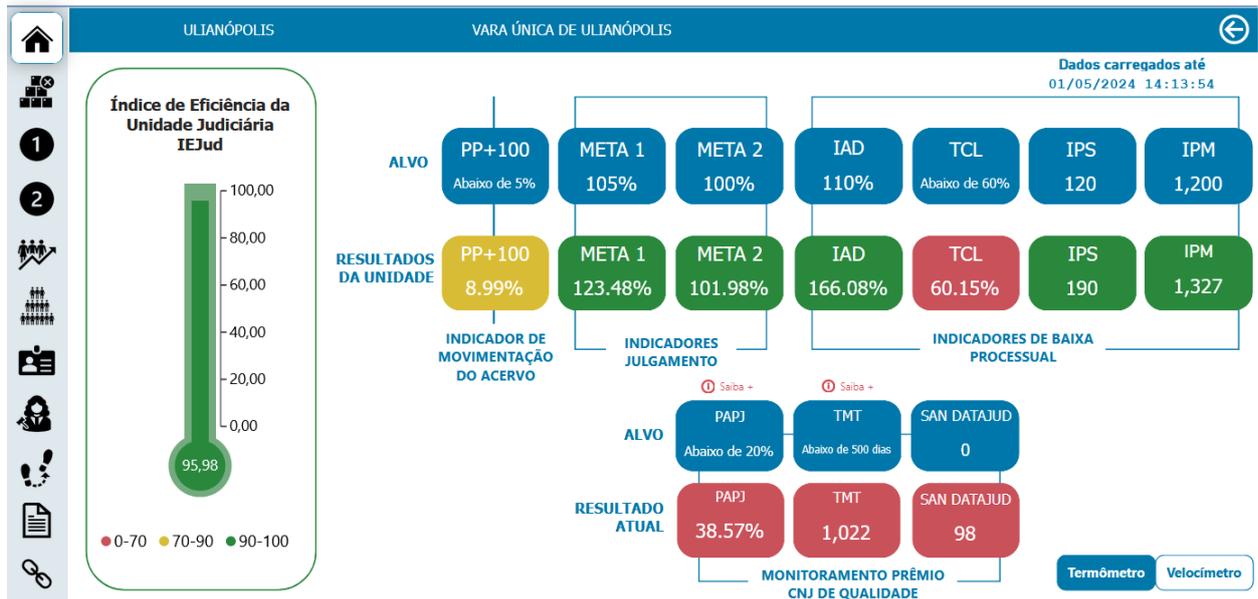
### **4. DADOS ESTATÍSTICOS:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU



#### 4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

\*Data de coleta de dados pela Unidade: 20/04/2024.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	3.346	<b>3.333</b>
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	500	<b>498</b>
Total do acervo com prioridade	604	<b>597</b>
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	20	<b>05</b>
Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	02	<b>03</b>
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a)	1.037	<b>1.060</b>
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a) <b>há mais de 100 dias</b>	200	<b>235</b>
Total de processo <b>conclusos</b> para o(a) magistrado <b>há mais de 100 dias</b> envolvendo <b>prioridade legal</b>	21	<b>23</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

ULIANÓPOLIS VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS				
ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	2.835	240	1.060	235
ACERVO COM PRIORIDADE	Detalhamento		Detalhamento	
PROCESSOS SUSPENSOS	Acervo ativo por classe e situação processual			
CASOS NOVOS	CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
PROCESSOS BAIXADOS	Ação Penal - Procedimento Ordinário	294	104	398
PROCESSOS META 1	Procedimento Comum	254	129	383
PROCESSOS META 2	INQUÉRITO POLICIAL	357	9	366
	Termo Circunstanciado	152	39	191
	EXECUÇÃO FISCAL	114	42	156
	Impedimento de sentença	22	85	107
	<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>2184</b>	<b>648</b>

#### 4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: 01/01/2024 a 31/03/2024.

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	376
Total de processos julgados	305
Total de processos baixados definitivamente do acervo (Fonte: Painel PIB)	259

#### 4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: 01/01/2024 a 31/03/2024.

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	659
Despachos	295
Sentenças com resolução de mérito	201
Sentenças sem resolução de mérito	104
Audiências realizadas	95

#### 4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Durante os trabalhos de inspeção, restou verificado que a unidade não está utilizando metodologia para evitar que os processos atinjam a paralisação, devido à falta de servidores efetivos e alta rotatividades dos terceirizados, tudo fica centralizado no diretor de secretaria.

A unidade foi orientada a implementar na rotina metodologia para trabalhar não só nos processos que já atingiram os 100 (cem) dias, mas também visando ao não atingimento dos 100 (cem) dias, utilizando ferramenta do Painel de gestão Judiciária que permite o controle de paralização por dias extraindo lista de processos paralisados há 70/80 e/ou 90 dias.

#### 5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:

Inserir print de tela do Painel de Metas Nacionais na data da Inspeção



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



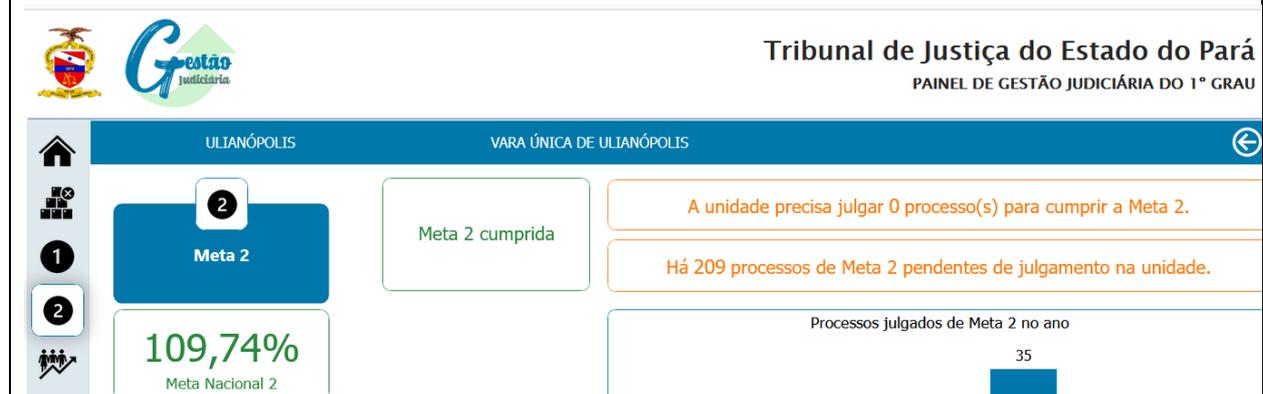
**5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?**

A unidade informou que é feita a divisão da meta entre os servidores do gabinete e o Juiz, bem como efetuado o acompanhamento da entrada de feitos.

**OBS CGJ.: O Grau de cumprimento da Meta 01 está em 101,41%. Ressalta-se que em razão da variabilidade, é imprescindível que a unidade realize constante monitoramento da entrada de casos novos através do Painel de Gestão Judiciária, a fim de que mensalmente sejam julgados, no mínimo, mais processos do que a entrada de feitos do mês anterior. RECOMENDA-SE manter o grau de cumprimento da meta em percentual superior a 110%.**

**5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 14 (quatorze) anos? (gestão judiciária)**

De acordo com o Painel de Metas Nacionais e Painel de Gestão Judiciária, a unidade já alcançou a Meta 02 do CNJ para 2024. Porém, ainda há necessidade de julgamento de **10 processos há mais de 14 (quatorze) anos (Meta2+14).**





**5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?**

META 4 – 00  
META 8 - 06  
META 10 - 04  
META 11 – 24

**5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?**

Percentual TCL em 01.01.2024: 59,92%  
Percentual TCL data da inspeção: **60,15%**

**APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?**

Antes da Inspeção, a unidade utilizava uma etiqueta genérica. Porém, após a inspeção as etiquetas foram renomeadas conforme cada tema e órgão.

**OBS. CGJ I:** Em consulta ao PJe da unidade judiciária, foram localizadas as ETIQUETAS “**IRDR 4 TJPA**” (09 processos); “**IRDR 6 TJPA** (01 processo) e **IRDR TEMA 986 STJ** (02 processos). ressalta-se que em relação ao **Tema 4 TJPA** foi **rejeitada a afetação como RRC** pelo STJ em **16/12/2020**. O **TEMA 986 STJ** foi **julgado em 13/03/2024**.

**OBS CGJ II:** Na Inspeção, foram identificadas **37 páginas de etiquetas no PJE**. **Várias** etiquetas estavam em **duplicidade**, outras com a **mesma finalidade**, ainda que com nomes distintos. Além disso, havia etiquetas de **prazo vencido**. Não há glossário de etiquetas.

RECOMENDA-SE ao Gabinete que a decisão de **SUSPENSÃO** por **IRDR** seja cadastrada com o **movimento do código 12098** identificando os processos com **ETIQUETA específica por número do TEMA e órgão julgador**. A Secretaria deverá realizar o controle dos processos, a fim de que ocorrendo o julgamento pelas Cortes Superiores, seja feita conclusão para imediata análise do magistrado, e uma vez decidido pelo levantamento da suspensão a Secretaria deverá utilizar o **movimento do código 14985**. A Secretaria deverá adotar providências para **retirada das etiquetas antes do arquivamento do feito**.

RECOMENDA-SE que a unidade **realize o saneamento, excluindo etiquetas sem finalidade e em duplicidade, bem como que seja feito um glossário de etiquetas para o Gabinete e outro para Secretaria** a fim fazer uma melhor gestão dos processos na unidade

**5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Em consulta realizada pela CGJ ao Painel de Gestão Judiciária, foram localizados **06 processos suspensos por IRDR** e **02 suspensos por Recurso Especial Repetitivo**.

VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS

**CASOS SUSPENSOS**

6

Lista de processos suspensos

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	
00015267220198140130	2019	PJE1G	7	Procedimento Comum	9196 - Limir
00079299120188140130	2018	PJE1G	436	Procedimento do Juizado Especial Cível	6226 - Inclu
00083091720188140130	2018	PJE1G	7	Procedimento Comum	6226 - Inclu
08001796320228140130	2022	PJE1G	7	Procedimento Comum	7760 - Forni
08002575720228140130	2022	PJE1G	7	Procedimento Comum	10312 - Pisc
08004068720218140130	2021	PJE1G	7	Procedimento Comum	7760 - Forni Indenização

Último movimento

- Incidente de resolução de d...
- Dependência de julgamento...
- Convenção das Partes
- Execução frustrada
- Incidente de resolução de d...
- Morte ou perda da capacida...
- Por decisão do Presidente d...

VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS

**CASOS SUSPENSOS**

2

Lista de processos suspensos

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE	ASS
00020662320198140130	2019	PJE1G	7	Procedimento Comum	6007 - Repetição de indébito
00072490920188140130	2018	PJE1G	7	Procedimento Comum	10531 - ICMS / Incidência So

Último movimento

- Incidente de resolução de a...
- Morte ou perda da capacida...
- Por decisão do Presidente d...
- Por decisão judicial
- Prescrição intercorrente (art...
- Provisório
- Recurso Especial repetitivo

**5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?**

No Painel de Gestão Judiciária da unidade constam **06** processos suspensos pelo **Tema 4 TJPA**, em que pese tenha sido **rejeitada a afetação como RRC** pelo STJ em **16/12/2020**. Além disso havia **02** processos suspensos pelo **TEMA 986 STJ**, julgado em **13/03/2024**, demonstrando que não está sendo observado prazo para retomada do julgamento dos processos individuais suspensos.

**OBS CGJ I:** Restou observado a falta de controle quanto a retomada da marcha processual de processos suspensos, quando julgados os precedentes pelas cortes superiores, por isso **RECOMENDA-SE** que na medida em que a unidade iniciará o controle de processos suspensos por tema, por etiquetas com a numeração do tema e órgão julgador no PJE, precisa manter **pelo menos uma pessoa da equipe atualizada quanto ao julgamento dos temas** em que existirem processos suspensos na unidade aguardando julgamento de precedentes pelas cortes superiores, de modo que, na medida do julgamento de tais demandas pelas cortes, sejam de pronto submetidos a apreciação judicial, preferencialmente em lotes de conclusão relativos ao mesmo precedente julgado para otimizar a análise pelo gabinete.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**OBS CGJ II:** No mínimo um servidor da unidade, pelo menos uma vez por semana, deve verificar o conteúdo dos e-mails encaminhados pelo NUGEPNAC quanto aos precedentes, especialmente no que se refere aos julgamentos de temas que tiverem demandas suspensas na unidade, bem como acompanhar as informações do NUGEPNAC pelo grupo de WhatsApp.

**5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?**

Em consulta ao acervo de processos suspensos da unidade no Painel de Gestão Judiciária foram identificados 06 processos suspensos por IRDR TEMA 04. Em que pese já haja julgamento do tema, ainda não houve alcance do trânsito em julgado, conforme pode ser observado na página do NUGEPNAC (vide <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/nugepnac/index.xhtml> ).

0001526-72.2019.8.14.0130 – IRDR 4 – Processo concluso.  
0800406-87.2021.8.14.0130 – IRDR 4 – Processo concluso.  
0800179-63.2022.8.14.0130 – IRDR 4 – Processo concluso.  
0008309-17.2018.8.14.0130 – IRDR 4 – Processo concluso.  
0002487-18.2016.8.14.0130 – IRDR 4 – Processo em secretaria.  
0000244-67.2017.8.14.0130 - IRDR 4 – Processo concluso.  
0007929-91.2018.8.14.0130 – IRDR 4 – Processo concluso.

Além disso, havia 02 suspensos por IRDR TEMA 986 STJ: 0007249-09.2018.8.14.0130 e 0002066-23.2019.8.14.0130 - IRDR TEMA 986 STJ – Processos em secretaria.

**OBS CGJ:** Durante a inspeção a unidade foi orientada a fazer o levantamento da suspensão nos referidos processos. Em consulta ao PJE da unidade judiciária, restou verificado que a orientação foi atendida.

**5.9. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?**

Restou verificado durante a inspeção que não há periodicidade regular para verificação, apenas se ingressar petição nos autos e após verificar a informação sobre o julgamento é que os processos são novamente movimentados.

**5.10. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?**

Informou que são acompanhados através dos sites do STF e STJ, bem como do site Dizer o Direito. Semanalmente.

**OBS. CGJ.:** Sobre a questão importante estar atentos a recomendação lançada no item 5.7.

**INFÂNCIA E JUVENTUDE**

**5.11. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?**

Nenhuma.

**OBS CGJ.:** As medidas socioeducativas de internação e semiliberdade são acompanhadas pelas Varas da Infância e Juventude da Capital, conforme Resolução 019/2014-GP, art. 1º, I E II.

**5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?**

Foram realizadas **03** audiências dessa natureza.

**OBS. CGJ:** Em consulta ao SNA, na data da inspeção, só havia 01 criança em medida de protetiva de acolhimento - processo 0800893-23.2022.8.14.0130 (medida de proteção).

**5.13. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024)**

Não havia projeto com esse objetivo na comarca.

**REGISTROS PÚBLICOS**

**5.14. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)**

Informou que a periodicidade de fiscalização é **semestral**. A última Correição Ordinária no Cartório de Registros Públicos foi realizada pelo magistrado em FEVEREIRO/2024 (PJE COR 0000691-84.2024.2.00.0814).

**5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)**

Tem competência. Não há unidade interligada no hospital e não é feito o cadastro de parteira pelo Cartório do Único Ofício de Ulianópolis.

**5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)**

Em consulta à planilha do acervo ativo da unidade judiciária, extraída do Painel de Gestão Judiciária, a CGJ verificou 05 processos com o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) em ANDAMENTO:

Nº DO PROCESSO	ANO DE	SITUAÇÃO	SISTEM	IDCLAS	CLASSE	ASSUNTO
08003595020208140130	2020	EM ANDAMENTO	PJE1G	1682	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	7732 - Registro de nascimento após prazo leg
08007852820218140130	2021	EM ANDAMENTO	PJE1G	1682	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	7732 - Registro de nascimento após prazo leg
08009977820238140130	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	1682	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	7732 - Registro de nascimento após prazo leg
08004657020248140130	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	1682	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	7732 - Registro de nascimento após prazo leg
08003270620248140130	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	1682	Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil	7732 - Registro de nascimento após prazo leg



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Imprescindível que a unidade **ultime as diligências** para finalização do referido processo, de modo que demandas desta natureza não ultrapasse um ano de tramitação.

**5.17. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)**

Segundo informações prestadas na Inspeção pelo magistrado, não foi identificada na comarca concentração de sub registro. A maior parte dos registros de nascimento são efetuados em pouco espaço de tempo entre o registro e a emissão do DNV. Além disso, o Oficial do Registro informou que tem empreendido esforços em atender às pessoas que se apresentam sem registro de nascimento, no sentido de efetuar o registro tardio, com base nos artigos 480 a 485 do Código Nacional das Normas do Foro Extrajudicial – Prov. 149 do CNJ.

**OBS CGJ:** Durante a inspeção presencial foi dito a equipe que deve ser observado, quando das análises dos processos de registro de nascimento após o prazo legal, se identificam recorrência na mesma localidade, a sugerir ação/projeto com finalidade de evitar e erradicar o sub registro.

A partir daí, interessante seria fazer um banco de endereços dos autores e respectivos locais de nascimento indicados – mormente por se tratar de comarca que abrange três municípios – de modo que possa ser verificado se os registros após o prazo legal estão se dando de forma concentrada em alguma localidade. Isso, sem prejuízo de parcerias com as serventias extrajudiciais de registro público para verificarem outra forma de identificação de concentração potencial de sub registro civil. Daí também a relevância da fiscalização de ocorrência de plantão dos cartórios no fim de semana e da existência de cadastro de postos avançados em hospitais.

**Nota:** Segundo o IBGE, sub-registro civil de nascimento é o conjunto de nascimentos não registrados no próprio ano ou no 1º trimestre do ano subsequente. A partir desse período, são considerados os casos de pessoas que precisam de registro tardio de nascimento.

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

**5.18. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?**

Ao verificar o acervo ativo no Painel de Gestão Judiciária, extraindo a planilha de processos e utilizando o filtro na coluna “classe”, restou verificado que **não havia processos classificados como Falência e/ou Recuperação Judicial tramitando na unidade.**

**OBS CGJ:** Dada a competência de falência e recuperação judicial, havendo processos dessa natureza em tramitação, imprescindível atenção aos ditames do Termo de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023.

**CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.19. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1184 pelo Supremo Tribunal Federal?**

Não foram informadas as medidas adotadas pelo magistrado nesse sentido. Utilizando o filtro por classe, disponível no Painel de Gestão Judiciária, restou verificado no acervo ativo da unidade **133 processos classificados** como **Execução Fiscal em andamento**.

**OBS CGJ:** Restou observado no acervo ativo de execuções fiscais da unidade que **é utilizado apenas um assunto** “Dívida ativa”, o que não permite um melhor gerenciamento do acervo entre os tributos de competência municipal e estadual. Desta forma, fica orientada a unidade que as **demandas classificadas como execuções fiscais exigem que o assunto principal venha acompanhado do respectivo tributo**. Com relação aos impostos, por exemplo, ver código 5916 na Tabela de assuntos do CNJ a partir do qual são disponibilizados códigos individuais para cada imposto: 5946 – ICMS, 5952 – IPTU, 5951 – ISS e outros. A utilização correta dos assuntos sempre será aliada na agilização de triagem do acervo.

RECOMENDA-SE a adoção de medidas para adequar a **distribuição das ações de execução fiscal às premissas elencadas pelo Supremo Tribunal Federal no do julgamento do TEMA 1184**.

**AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024 CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.20. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?**

Em consulta ao **PJe** da unidade judicial, a **CGJ verificou três etiquetas envolvendo matéria ambiental:**



**Porém, não havia processos vinculados às referidas etiquetas.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**OBS CGJ I:** A Tabela de assuntos do CNJ, disponível no [https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_assuntos.php](https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php) possui a “árvore” Direito Ambiental”. Estão contidos nesta árvore 23 (vinte e três) assuntos com códigos específicos relacionados com a matéria, quais sejam:

- 10110 DIREITO AMBIENTAL
  - 9994 Dano Ambiental
  - 10116 Agrotóxicos
  - 11828 Área de Preservação Permanente
  - 15302 Cadastro Ambiental Rural
  - 10438 ~~Dano Ambiental~~
  - 15301 Dano Moral Coletivo Decorrente de Dano Ambiental
  - 10114 Fauna
  - 10113 Flora
  - 10119 Gestão de Florestas Públicas
  - 11822 Mineração
  - 15008 Mudanças Climáticas
  - 15300 Pagamento por Serviços Ambientais
  - 11830 Patrimônio Cultural
  - 11825 Poluição
  - 11829 Produtos Controlados / Perigosos
  - 11824 Recursos Hídricos
  - 11823 Reserva legal
  - 10112 Revogação/Anulação de multa ambiental
  - 10111 Revogação/Concessão de Licença Ambiental
  - 11862 Saneamento
  - 11869 ~~Saneamento~~
  - 10115 Transgênicos
  - 10118 Unidade de Conservação da Natureza
  - 11827 Zona Costeira
  - 11826 Zoneamento Ecológico e Econômico

**OBS CGJ II:** A partir da utilização de filtro por “Assunto” no Painel de Gestão Judiciária, restaram identificados no acervo ativo da unidade 09 processos de dano ambiental que não estão identificados com a etiqueta, demonstrando que não há uma espécie de mapeamento pela própria unidade sobre as questões ambientais afetas a sua jurisdição para fins de atuação estratégica.

## COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.21. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

**Não há termo de cooperação e/ou ato consertado realizado ou em andamento.**

### 6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica



elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2.00.0814)

Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

- 1) 0000098-75.2007.8.14.0130 – Ação Penal – Certidão de levantamento da suspensão somente após a sentença.
- 2) 0800620-44.2022.8.14.0130 – Busca e Apreensão – Processo arquivado sem a certidão de levantamento da suspensão.
- 3) 0800410-61.2020.8.14.0130 – Procedimento Comum – Certidão de levantamento da suspensão antes da sentença.

**OBS CGJ:** Durante a inspeção, orientou-se sobre a importância de utilizar os movimentos corretos para cadastrar os atos judiciais que determinam a suspensão processual (decisão/despacho de suspensão/sobrestamento deve ser cadastrada pelo Gabinete utilizando um dos **movimentos da hierarquia do código 025** (decisão) ou **11025** (despacho) da TPU, devendo **necessariamente escolher o movimento específico** para melhor gerenciamento dos suspensos pelo Painel de Gestão Judiciária.

É imprescindível fazer o levantamento da suspensão com os movimentos corretos, pois do contrário interferirá na produtividade do magistrado e nos índices de eficiência da unidade, uma vez que a sentença e a baixa processual nos processos suspensos não contabilizam. O **levantamento da suspensão deve ser realizado pela Secretaria da unidade utilizando-se os seguintes movimentos: 1) 12066 cumprimento de levantamento da suspensão (caso geral); 2) 14974 – Levantamento da causa suspensiva ou de sobrestamento (casos específicos) – através da tarefa específica do Pje “levantamento da suspensão”.**

Orienta-se ao magistrado que, por ocasião de lançamento de despachos e decisões em processos, estejam vigilantes quanto a eventual irregularidade na condição de suspensos dos respectivos processos, de modo que naquela ocasião já seja realizada a determinação do levantamento da suspensão pela Secretaria.

Orienta-se ao Diretor de Secretaria que **por ocasião das correções ordinárias anuais** seja verificado todo o acervo de processos suspensos, de modo que ainda que subsistam as causas de suspensão, fique atestado (seja apenas no relatório de correção ou individualmente em cada processo) que os mesmos tem tido verificação regular.

**6.2. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

0000143-93.2018.8.14.0130 – Ação Penal em andamento – Bem apreendido cadastrado no SNGB.  
0010429-96.2019.8.14.0130 – Ação Penal suspensa – Bem cadastrado no SNGB.  
0003128-98.2019.8.14.0130 – Ação Penal em grau de recurso – Bem não cadastrado no SNGB.

Em consulta ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos, em 05/08/2024, **não havia nenhum bem cadastrado no referido sistema pendente de destinação final:**

No Sistema Nacional de Gestão de Bens – SNGJ – referente a Vara única de Curionópolis - foram identificados **41 bens apreendidos cadastrados** (Consulta realizada em 05/08/2024).

Tribunal	Órgão	Qtd de Bens
TJPA		41
VARA UNICA DE ULIANOPOLIS		41

Bem	Quantidade
Faca	41
Celular	41
Celular Smartph...	41
Faca de Mesa	41
Material para dol...	41



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**OBS CGJ I.:** Durante a inspeção, a unidade foi orientada a cadastrar todos os bens apreendidos no Sistema Nacional de Gestão de Bens – SNGB – nos termos da RESOLUÇÃO 483/CNJ-2022, bem como dar destinação final, ainda que fiquem sob custódia da Delegacia.

**OBS CGJ II.:** Durante a inspeção, a equipe da CGJ identificou **06 CARROS E 04 MOTOCICLETAS APREENDIDOS no pátio Fórum de Ulianópolis sem vinculação aos respectivos processos.** O magistrado não soube informar o número do procedimento policial e/ou processo judicial para fazer a vinculação.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



**OBS CGJ III.:** Em visita realizada pela equipe de inspeção à Delegacia de Polícia Civil de Ulianópolis no dia 06/05/2024, o Delegado entregou uma relação de **79 motocicletas apreendidas no pátio da Delegacia**, das quais **75 sem vinculação** a procedimento policial/judicial, e **13 veículos apreendidos, dos quais 09 sem vinculação** a procedimento policial/judicial.

**RECOMENDA-SE** ao magistrado abertura de Processo Administrativo com a finalidade de dar destinação (destruição/doação/alienação) aos bens apreendidos em questão que se encontram sob a guarda do Poder Judiciário do Estado do Pará, devendo observar os regramentos dispostos na Resolução CNJ n.º 134, de 21 de junho de 2011, bem como o provimento conjunto n.º 002/2021, CJRMB/CJCI e provimento n.º 03/2022-CGJ.

O magistrado **deverá informar o cumprimento desta recomendação na Correição Ordinária referente à 2024.**

**6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)**

A unidade informou que estão em fase de implementação da Instrução Normativa 002/2024 – CGJ e da padronização das etiquetas.  
Havia 84 processos pendentes de saneamento nos assuntos 1 e 2. Sendo 98 processos pendentes no total do SAN DATAJUD.



**6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?**

A unidade informou que, em regra, a atualização é feita após o recebimento das comunicações no processo, pois auxilia na utilização dos modelos e facilita para o servidor que cumpre as audiências.

**OBS CGJ. I:** Durante a inspeção a equipe da Corregedoria orientou quanto a **imprescindibilidade desta atualização no momento de verificação da pasta agrupadores e/ou momento que o servidor tomar conhecimento nos autos dessa atualização**, sempre antes da expedição de **decisões, mandados e outros cumprimentos**, para fins de otimização das ferramentas de automatização no sistema Pje (cadastros de decisões, despachos, mandados e outros, todos em lote com a utilização de variáveis).

**6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?**

Na ferramenta agrupadores através consulta pelo período “sempre” foram identificadas **3103** (três mil cento e três) petições avulsas não lidas. A data da notificação mais antiga é **04/11/2020**.

**OBS CGJ I:** O Diretor informou que a Unidade Judicial acompanhava apenas a pasta de “documentos não lidos”, as demais pastas dos agrupadores não eram analisadas e em razão disso houve o acúmulo. Contudo, em fevereiro/2024, os servidores Felipe Assunção e Anna Karolyne fizeram treinamento no PJE com a servidora Bruna Oliveira, que é integrante do projeto Reiniciar do TJPA, e demonstrou a necessidade e a importância de acompanhar toda a pasta dos agrupadores. Diante disso, a unidade iniciou o saneamento da pasta agrupadores a fim de reduzir as notificações atrasadas.

**RECOMENDA-SE a leitura diária dos agrupadores para** conhecimento, análise e movimentação das petições, habilitações, documentos não lidos, verificação dos mandados devolvidos pelos oficiais de justiça, apreciação dos pedidos de assistência judiciária gratuita e análise de prevenção, devendo **após a leitura do documento e/ou movimentação do processo, ser retirado de destaque dos agrupadores**, haja vista que a saída não é automática.

**6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?**

Sim

**6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?**

Havia 22 processos nessa condição.

**6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?**

*Havia 33 processos paralisados há mais de 100 dias na Secretaria. 04 de prioridade legal.*



## 6.9. Print de tela contendo toda a barra de tarefas da secretaria da unidade SECRETARIA CÍVEL

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	2237
Filtros	GAB SEAJP SEINP SEPOD SESUD
Aavaliar ato proferido de julgamento	1
Aguardando apreciação pela instância superior	373
Aguardando o pagamento de custas iniciais	7
Aguardar realização de audiência	12
Analisar manifestação parcial	126
Analisar suspensão ou sobrestamento	24
Arquivar processo	6
Arquivo provisório	5
Avaliar ato proferido de decisão	4
Avaliar ato proferido de despacho	1
Avaliar expedição de documento	209
Confirmar mandado	1
Confirmar minuta de documento	1
Controle de RPV	2
Custas não pagas	1
Designação de audiência	10
Finalizar audiência	4



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	2237
Filtros	GAB SEAJP SEINP SEPOD SESUD
Finalizar audiência	4
Juntar termo de audiência	8
Levantamento de suspensão ou sobrestamento	1
Minutar análise de desarquivamento	23
Minutar apreciação de justiça gratuita	24
Minutar ato de análise de liminar e tutela	6
Minutar ato de análise de prevenção	5
Minutar ato de audiência	3
Minutar ato de decisão	358
Minutar ato de despacho	94
Minutar ato de homologação	2
Minutar ato de julgamento	76
Minutar documento	12
Preparar alvará	12
Preparar citação	8
Preparar comunicação	4
Preparar intimação custas (intermediárias)	1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	2237
Filtros <b>GAB</b> <b>SEAJP</b> <b>SEINP</b> <b>SEPOD</b> <b>SESUD</b>	▼
Preparar comunicação	4
Preparar intimação custas (intermediárias)	1
Preparar intimação	3
Preparar mandado	4
Preparar ofício	29
Processo com prazo em curso	166
Processo suspenso com prazo	4
Processo suspenso sem prazo	3
Processo suspenso	53
Processos devolvidos pelo plantão	11
Processos remetidos por declinação de competência	100
Processos suspensos	40
Recebimento de instância superior	14
Remeter ao 2o Grau	13
Retificar movimentação de remessa	1
Triagem execução fiscal	13
Verificar providência a adotar	359

Verificar providência a adotar

SECRETARIA CRIMINAL



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	2142
Filtros	GAB SEAJP SEINP SEPOD SESUD
[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior	31
[CRIM] Aguardando prazo	115
[CRIM] Aguardar realização de audiência	94
[CRIM] Arquivar processo	20
[CRIM] Arquivo provisório	2
[CRIM] Avaliar expedição de documento	346
[CRIM] Confirmar ato de decisão	59
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	1
[CRIM] Confirmar minuta de documento	1
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão	31
[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho	12
[CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento	7
[CRIM] Cumprir decisão em audiência	3
[CRIM] Cumprir determinação sobre desarquivamento	6
[CRIM] Designação de audiência	4
[CRIM] Destinação de bem apreendido	1
[CRIM] Juntar termo de audiência	5



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	2142
Filtros <b>GAB</b> <b>SEAJP</b> <b>SEINP</b> <b>SEPOD</b> <b>SESUD</b>	▼
[CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento	7
[CRIM] Cumprir decisão em audiência	3
[CRIM] Cumprir determinação sobre desarquivamento	6
[CRIM] Designação de audiência	4
[CRIM] Destinação de bem apreendido	1
[CRIM] Juntar termo de audiência	5
[CRIM] Minutar ato de decisão inicial	1
[CRIM] Minutar ato de decisão	238
[CRIM] Minutar ato de despacho	209
[CRIM] Minutar ato de julgamento	24
[CRIM] Minutar documento	6
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal	12
[CRIM] Preparar comunicação	3
[CRIM] Processo suspenso	195
[CRIM] Remeter ao 2o Grau	1
[CRIM] Verificar manifestação	205
[CRIM] Verificar providência a adotar	89

## **7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:**

### **7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)**

Na secretaria cível utilizam o modelo padrão do PJe. Na secretaria criminal utilizam o seguinte modelo de citação:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE ULIANÓPOLIS

PROCESSO: 0001881-48.2020.8.14.0130  
CLASSE: AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI (282)  
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REU: JOAO PAULO DE SOUSA NUNES, ANTONIO GLENDSON SILVA CABRAL, BRUNO BASTOS DA LUZ, WEMEL LUZMAN RODRIGUES DA SILVA, LUCAS DA CONCEICAO DE ARAUJO

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Finalidade:** CITAR|o (a) REU LUCAS DA CONCEICAO DE ARAUJO dos termos da ação penal, bem como, INTIMÁ-LO (A) para apresentar resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, com a advertência de que, na resposta, poderá arguir preliminar e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-a, cpp).

**Endereço:**

Nome: LUCAS DA CONCEICAO DE ARAUJO  
Endereço: RUA TOCANTINS, 551, RESENDE I, ULIANÓPOLIS - PA - CEP: 68632-000

CUMPRA-SE, o Senhor Oficial de Justiça, com urgência, com as observâncias das formalidades legais e sob penas da Lei.

Dado e passado nesta cidade de Ulianópolis(PA), ao(s) 27 de março de 2024.

ANNA KAROLYNE DOS SANTOS COSTA

**OBS. CGJ. I:** Durante a inspeção a equipe da unidade foi orientada quanto a utilização das variáveis na confecção dos modelos de mandados, inclusive, e essencialmente utilizar variável relativa aos dias e horários de audiências, nomes das testemunhas a serem intimadas e correspondentes aos documentos anexos aos mandados (chave de acesso), deixando claro que todas elas deveriam ser utilizadas a partir de então para a confecção de forma automatizada dos referidos mandados.

**OBS. CGJ.II:** Sobre esta mesma questão, restou demonstrado e orientado à equipe a imprescindibilidade quanto a correta alimentação e manutenção do sistema com relação ao nome de partes, testemunhas e respectivos endereços, para que de fato



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

seja viável a utilização da automatização e diminuição no tempo de confecção dos mandados, reafirmando o que lançado no item 6.4.

**7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.**

Em consulta ao Painel de Acompanhamento de Mandados do TJPA, disponível na página da Coordenadoria de Estatística havia 20 mandados pendentes de cumprimento/devolução:

**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**  
**Painel de Acompanhamento de Mandados**

Selecione a unidade lotação do mandado: VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS

Período: 01/01/2023 a 30/07/2024

Último carregamento em: 30/07/2024 15:13:37

Buscar processo: Todos

ORIGEM	DISTRIBUIDOS	PENDENTES
ULIANÓPOLIS	1.663	20
<b>Total</b>	<b>1.663</b>	<b>20</b>

UNIDADE	DISTRIBUIDOS	REDISTRIBUIDOS	DEVOLVIDOS	PENDENTES	EM ANDAMENTO
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	1.663	77	1.644	20	226
<b>Total</b>	<b>1.663</b>	<b>77</b>	<b>1.644</b>	<b>20</b>	<b>226</b>

DESTINO	DISTRIBUIDOS	PENDENTES
ANANINDEUA	13	
AUGUSTO CORRÊA	1	1
AURORA DO PARÁ	5	
BARCARENA	3	
BELÉM	22	
BENEVIDES	2	
BRAGANÇA	2	
CAMETÁ	1	
<b>Total</b>	<b>1.663</b>	<b>20</b>

UNIDADE	PROCESSO	IDMANDADO CONSOLIDADO	DATA EVENTO	SITUAÇÃO	PENDENTES	EM ANDAMENTO
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	00102298920198140130	00102298920198140130-109046945-PIEIG	16/02/2024 10:08:48	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08001568320238140130	08001568320238140130-110176133-PIEIG	06/03/2024 10:05:12	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08004044920238140130	08004044920238140130-110606800-	11/03/2024 09:00:18	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08010656220228140130	08010656220228140130-11878708-PIEIG	25/03/2024 10:17:12	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08003400520248140130	08003400520248140130-112094447-	08/04/2024 07:13:09	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08001345920228140130	08001345920228140130-113280669-PIEIG	18/04/2024 11:30:26	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08001345920228140130	08001345920228140130-113280671-PIEIG	18/04/2024 11:30:26	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08003550820238140130	08003550820238140130-112956081-PIEIG	18/04/2024 11:33:46	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08003542320238140130	08003542320238140130-113372374-PIEIG	18/04/2024 11:36:05	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08005067120238140130	08005067120238140130-113673516-PIEIG	18/04/2024 20:34:11	PENDENTE	1	
VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	08002803720218140130	08002803720218140130-114552925-PIEIG	02/05/2024 14:00:02	PENDENTE	1	
<b>Total</b>					<b>20</b>	<b>226</b>

**7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?**

A unidade informou que, em regra, encaminha o mandado com 03 a 04 meses de antecedência.

**OBS. CGJ:** É necessário que a Secretaria observe o prazo mínimo de 40 dias de antecedência, conforme o Provimento Conjunto nº 009/2019 – CJRMB/CJCI. Porém, orienta-se não exceder o período de 90 dias de antecedência a fim de que o processo não entre nos paralisado por mais de 100 dias.

**7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)**

Não há um controle efetivo sobre o quantitativo de cartas precatórias expedidas. A unidade não soube informar se havia cartas precatórias aguardando cumprimento há mais de três meses.

**OBS CGJ II:** Necessária existência de efetivo controle de prazo dos processos que estejam nesta situação, de modo que a secretaria tenha condições de informar a



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

qualquer tempo o quantitativo de processos aguardando cumprimento/devolução pelo juízo deprecado.

Orienta-se ao Diretor de Secretaria implementar controle e fazer o levantamento dos processos nessa condição, devendo informar o cumprimento da diligência nos autos de Correição Ordinária.

**7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).**

*A unidade informou que tem se empenhado em reduzir o acervo de cartas precatórias. Entretanto, ainda não consegue efetuar todas as diligências em menos de 03 meses, em razão do vasto acervo, reduzido número de servidores, bem como por conta de grande parte das diligências delas em **zona rural**.*

3	Nº DO PROCESSO	ANO D	CLASSE	DATA DA DIS
4	00034278020168140130	2016	Carta Precatória Cível	01/06/2016
5	00034710220168140130	2016	Carta Precatória Cível	02/06/2016
6	00010613420178140130	2017	Carta Precatória Cível	13/02/2017
7	00017611020178140130	2017	Carta Precatória Cível	07/03/2017
8	00027131820198140130	2019	Carta Precatória Cível	15/04/2019
9	08000745720208140130	2020	Carta Precatória Cível	15/05/2020
10	08006440920218140130	2021	Carta Precatória Cível	22/08/2021
11	08006484620218140130	2021	Carta Precatória Cível	24/08/2021
12	08009411620218140130	2021	Carta Precatória Cível	09/12/2021
13	08006013820228140130	2022	Carta Precatória Cível	22/06/2022
14	08009564820228140130	2022	Carta Precatória Cível	30/09/2022
15	08009799120228140130	2022	Carta Precatória Cível	07/10/2022
16	08011894520228140130	2022	Carta Precatória Cível	01/12/2022
17	08000770720238140130	2023	Carta Precatória Cível	01/02/2023
18	08001775920238140130	2023	Carta Precatória Cível	28/02/2023
19	08002450920238140130	2023	Carta Precatória Cível	20/03/2023
20	08002538320238140130	2023	Carta Precatória Cível	21/03/2023
21	08002546820238140130	2023	Carta Precatória Cível	21/03/2023
22	08002494620238140130	2023	Carta Precatória Cível	21/03/2023
23	08002884320238140130	2023	Carta Precatória Cível	30/03/2023
24	08003057920238140130	2023	Carta Precatória Cível	04/04/2023
25	08003083420238140130	2023	Carta Precatória Cível	05/04/2023
26	08004174820238140130	2023	Carta Precatória Cível	03/05/2023
27	08004252520238140130	2023	Carta Precatória Cível	04/05/2023
28	08008829120228140130	2022	Carta Precatória Cível	05/05/2023
29	08004685920238140130	2023	Carta Precatória Cível	18/05/2023
30	08025911220238140039	2023	Carta Precatória Cível	19/05/2023
31	08005343920238140130	2023	Carta Precatória Cível	06/06/2023
32	08006521520238140130	2023	Carta Precatória Cível	13/07/2023
33	08006712120238140130	2023	Carta Precatória Cível	17/07/2023
34	08006963420238140130	2023	Carta Precatória Cível	25/07/2023
35	08008107020238140130	2023	Carta Precatória Cível	18/08/2023
36	08008236920238140130	2023	Carta Precatória Cível	21/08/2023
37	08008419020238140130	2023	Carta Precatória Cível	22/08/2023



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

38	08008530720238140130	2023	Carta Precatória Cível	24/08/2023
39	08008712820238140130	2023	Carta Precatória Cível	29/08/2023
40	08009431520238140130	2023	Carta Precatória Cível	14/09/2023
41	08010003320238140130	2023	Carta Precatória Cível	27/09/2023
42	08010271620238140130	2023	Carta Precatória Cível	06/10/2023
43	08010939320238140130	2023	Carta Precatória Cível	18/10/2023
44	08011008520238140130	2023	Carta Precatória Cível	20/10/2023
45	08011042520238140130	2023	Carta Precatória Cível	23/10/2023
46	08011675020238140130	2023	Carta Precatória Cível	08/11/2023
47	08012818620238140130	2023	Carta Precatória Cível	07/12/2023
48	08000161520248140130	2024	Carta Precatória Cível	08/01/2024
49	08000551220248140130	2024	Carta Precatória Cível	12/01/2024
50	08000542720248140130	2024	Carta Precatória Cível	12/01/2024
51	08000603420248140130	2024	Carta Precatória Cível	12/01/2024

**OBS CGJ.:** Restaram identificadas no acervo ativo **48 feitos classificados como cartas precatórias cível em tramitação** na unidade, com anos de 2016, 2017, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. **Imprescindível que sejam ultimadas providências para cumprimento e devolução de todas as cartas precatórias distribuídas anteriores a março de 2023 até o final do ano de 2024, de modo que quando da correição no ano de 2025 (referente a 2024), seja apontada a informação atualizada não contendo cartas precatórias dos anos de 2019, 2020, 2022 e 2023.**

## **8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

### **8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?**

13 audiências de instrução e julgamento marcadas para o período de 22 a 30 de abril/2024 e 38 audiências de instrução e julgamento para o mês de maio/2024.

### **8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?**

Não, as audiências são cadastradas no PJE pela secretaria no momento de cumprir as audiências. O gabinete designa a data e coloca no despacho/decisão o QRCODE com o link da audiência.

Tipos de Audiências: Acordo de Não Persecução Penal; Advertência; Apresentação; Audiência Concentrada; Coleta de DNA; Concentrada; Conciliação, Conciliação e Instrução; Conciliação, Instrução e Julgamento; Continuação, Custódia; Depoimento Especial, Entrevista; Instrução; Instrução e Julgamento; Interrogatório; Interrogatório (interdição); Justificação; Oitiva; Oitiva de Testemunha; Oitiva de Vítima; Oitiva do Interditando; Preliminar; Remissão; Representação a Representação; Saneamento; Sessão do Tribunal do Júri; Suspensão Condicional do Processo; TCO; Transação Penal; UNA.

### **8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

18/09/2024

**8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?**

Sim. Havia **38 processos** com **prioridade legal** conclusos há **mais de 100 dias**.

**8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?**

Foi estabelecido o quantitativo mensal de 75 sentenças; 150 decisões; 150 despachos

**8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entre as partes é designada audiência de conciliação?**

Sim

**8.7. É solicitada designação de conciliador indicado pelo CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?**

Não há CEJUSC na comarca e nem conciliador/mediador com formação atuando na comarca.

**8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de 05 processos por amostragem).**

**Não foram identificados processos nessa condição.** O gabinete designa a audiência e coloca a etiqueta "Cadastrar QRcode", o servidor da audiência cria a sala na planilha do One Drive, disponibiliza o link e retira a etiqueta. Após, o Magistrado assina a decisão com a data e link da audiência. Posteriormente, a secretaria registra a sala de audiência no PJe.

**8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de 05 processos por amostragem).**

Sim.

**Análise dos processos por amostragem:**

0800087-85.2022.8.14.0130 – Ação Penal. Despacho: 22/08/2023, Audiência: 25/04/2024.

0000082-38.2018.8.14.0130 – Ação Penal. Despacho: 18/08/2023, Audiência: 18/04/2024.

0000950-26.2012.8.14.0130 – Ação Penal. Despacho: 06/09/2023, Audiência: 29/05/2024.

0800373-97.2021.8.14.0130 – Ação Penal. Decisão: 12/09/2023, Audiência: 26/06/2024.

0004395-13.2016.8.14.0130 – Ação Penal. Decisão: 07/11/2023, Audiência: 12/06/2024.

OBS CGJ: Durante a inspeção a unidade foi orientada a não designar audiências com data superior a 06 meses do ato judicial de designação. A unidade ressaltou que atualmente as audiências estão sendo designadas entre 04 a 05 meses do ato de designação, a exemplo da Ação Penal 0800395-92.2020.8.14.0130 - Decisão: 08/04/2024, Audiência 28/08/2024.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?**

90 processos baixados em **ABRIL** de 2024



**8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?**

Em visita realizada ao Serviço de Acolhimento Institucional da comarca de Ulianópolis, na data da inspeção (anexo), restou verificado por este censório **01 (uma) adolescente acolhida institucionalmente, desde 14/01/2021 (mais de 18 meses)**, na Casa Lar em Ulianópolis, porém em razão problemas mentais e sem nenhuma retaguarda familiar.

**OBS CGJ:** Durante a inspeção a CGJ orientou sobre a necessidade abertura de processo individual da medida de proteção e outro da destituição do poder familiar, devendo ser encaminhado para que o Ministério Público ingresse com a ação.

**SNA Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**

Registro de Acolhimento :: Alertas

Página 1 Resultados 1 a 1 de 1 registros encontrados GERAR ARQUIVO Mostrando 20 registros

Criança	Serviço de Acolhimento	Órgão Julgador	Início do Acolhimento	Tempo de Acolhimento
1 - LUCIVÂNIA ALVES DA SILVA	CASA LAR DE ULIANÓPOLIS	VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	14/01/2021	3 ano(s) 3 mês(es) 18 dia(s)

**8.12. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.**

Sim, 01 pendência para solução imediata – referente ao processo de adoção n. 0800758-11.2022.8.14.0130 - tramitando há mais de 240 dias.

**SNA Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**

Registro de Crianças/Adolescentes :: Alertas

Página 1 Resultados 1 a 1 de 1 registros encontrados GERAR ARQUIVO Mostrando 20 registros

Nome	Idade	Órgão Julgador	Tempo Após Última Ocorrência	Situação	Número da destituição / entrega voluntária
1 - CARLOS DANIEL PIO	11 ano(s) 9 mês(es) 19 dia(s)	VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS	1 ano(s) 8 mês(es) 21 dia(s)	Em Processo de Adoção(Adoção Intuitu Personae)   Adoção sem conclusão há mais de 240 dias	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**OBS. CGJ: RECOMENDA-SE** ao magistrado, com a máxima prioridade, a regularização das pendências processuais apontadas no SNA, bem como, simultaneamente, realize a devida **ATUALIZAÇÃO** no Sistema, devendo fazer o monitoramento para que não haja mais pendências desta natureza. **Resolução 289/2019 do CNJ.**

**8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.**

Foi identificado **01 (um) processo** nº. 0008289-26.2018.8.14.0130.

**OBS CGJ:** Em análise do processo no PJE verificou-se que está classificado como perda ou suspensão do poder familiar. É importante observar que essa classe foi retirada da TPU do CNJ e agora a classe correta é “destituição do poder familiar”, devendo a secretaria providenciar a retificação da classe.

**8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.**

Foram identificados dois processos:  
0800758-11.2022.8.14.0130 – Adoção de criança com tramitação há mais de 240 dias.  
0800350-20.2022.8.14.0130 – Adoção com a adotada tendo mais de 18 anos.

**OBS CGJ.: RECOMENDA-SE** ao magistrado que seja concedida prioridade máxima na tramitação dos **processos de adoção com prazo extrapolado**, devendo adotar as medidas necessárias para impulsionar o feito para julgamento no **prazo de 30 dias.**

Ressalta-se que o prazo de 240 dias para conclusão dos processos de adoção tem previsão legal no **Art. 47, §10, do ECA**, devendo o magistrado atuar para que não extrapolem o prazo legal.

**8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?**

A unidade informou não haver comunicação expedida à CEJAI, uma vez que não houve casos de criança disponível para adoção internacional.

**OBS CGJ: RECOMENDA-SE** que após esgotadas as buscas de pretendentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional, e antes de realizar a busca ativa no SNA, seja expedida comunicação à CEJAI para busca de pretendentes internacionais. **Resolução 289 do CNJ (ANEXO I - Art. 8º).**

**8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias?**

Não havia adolescente internado provisoriamente, na data da Inspeção.

**OBS. CGJ.:** Em consulta ao CNAEL (Cadastro Nacional de Adolescentes em conflito com a Lei) não havia registro de guia de internação provisória em tramitação relativo



à comarca de Ulianópolis.

**8.17. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?**

No item 4.4 já foi possível verificar que a unidade não possui metodologia para evitar que os processos alcancem os 100 dias de paralisação.

**OBS CGJ.:** Sobre o acompanhamento de processos para evitar que alcancem os 100 dias de paralisação, **RECOMENDA-SE** atentar às orientações já lançadas no item 4.4, realçando que **processos com prioridade estão sujeitos a controle mais rígidos e não podem atingir 100 dias de paralisação, nem em gabinete nem em secretaria, e sobre estes devem ser feito controle em PP+70, de modo que em até 90 (noventa) dias não haja mais processos com prioridade na Vara Única de Ulianópolis.**

**8.18. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.**

Atualmente a Comarca de Ulianópolis não efetua projeto próprio de conciliação, segue apenas os projetos estaduais e nacionais.

**OBS CGJ.:** Unidades judiciais com competência para família e cível empresarial **devem promover projetos de conciliação, com eleição de critérios para a sua realização**, independentes das Semanas Estadual e nacional de Conciliação.

**8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.**

O Diretor informou os processos são selecionados com base naqueles que espelham maior índice de sucessos nas conciliações.

**OBS CGJ.:** A partir do que descrito acima e noticiado pela equipe durante a inspeção, restou verificado que, de fato, não há critérios objetivos para seleção dos processos. **ORIENTA-SE** que sejam estabelecidos critérios para as pautas de conciliação a fim de fortalecimento dos conciliadores e conseguinte melhoria na efetividade das conciliações.

**CRIMINAL:**

**9. ROTINA CRIMINAL**

**9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:**

- a. ( X ) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. ( X ) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. ( X ) Movimentação processual;
- d. ( X ) Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. ( ) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- f. ( ) controle dos prazos e imediata certificação;  
h. ( X ) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia  
i. ( ) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba “*Informações Criminais*”

**9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)**

Durante a Inspeção, restou verificado que não há fluxo de trabalho estabelecido nesse sentido.

**OBS CGJ.:** Orienta-se que os procedimentos investigatórios iniciais sejam verificados diariamente no momento da análise dos agrupadores e que seja estabelecido fluxo de trabalho na unidade a partir do recebimento dessas informações.

**9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)**

A Comarca de Ulianópolis realiza atendimento ao público através do Balcão Virtual; WhatsApp Web (responsável Fábio); E-mail e Telefone da Secretaria (responsável Felipe Assunção) e presencial. Além disso utiliza-se o Malote Digital (responsável Anna Karolyne) para comunicações oficiais entre órgãos.

**9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)**

Na data da Inspeção, havia 13 processos nessa condição em andamento, sendo 18 presos provisórios, conforme planilha anexa.

O controle é realizado através de uma lista onde consta o nome do preso, local da custódia, número do processo, data da prisão, capitulação penal e o último movimento, que fica disponível no Teams dentro de uma pasta em que tanto secretaria e gabinete têm acesso.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	NOME DO RÉU	LOC. CUSTOD	PROCESSO	Data da Prisão	MOVIMENTAÇÃO	E.PRISÃO	CRIME	
1	IRISVAN BRAZ DE SOUSA	PARAGOMINAS/PA	0801196-03.2023.8.14.0130	20/11/2023	conclusos para despacho	Preventiva	Latrocínio	17/04/2024
2	RODRIGO PEREIRA DE SOUSA	MARITUBA/PA	0801196-03.2023.8.14.0130	20/11/2023	conclusos para despacho	Preventiva	Latrocínio	17/04/2024
3	PEDRO HENRIQUE BEZERRA DA SILVA	PARAGOMINAS/PA	0801078-27.2023.8.14.0130	13/10/2023	Conclusos para decisão sobre a liberdade provisória	preventiva	Roubo	17/04/2024
4	ENYSON BATISTA DE OLIVEIRA	PARAGOMINAS/PA	0800600-19.2023.8.14.0130	27/06/2023	conclusos para recebimento de denúncia	preventiva	Tráfico de drogas	17/04/2024
5	LUCAS VITOR SILVA CARNEIRO	PARAGOMINAS/PA	0801196-03.2023.8.14.0130	02/11/2023	conclusos para despacho	preventiva	roubo qualificado	17/04/2024
6	ERIKA DO NASCIMENTO PACHECO	CRF-Ananindeua	0800035-21.2024.8.14.0130	10/01/2024	Aguardando denúncia do MP	preventiva	Tráfico de drogas	17/04/2024
7	FÁBIO VITOR CARNEIRO	PARAGOMINAS/PA	0800105-38.2024.8.14.0130	19/01/2024	Aguardando resposta à acusação	preventiva	Descumprimento de MPU	17/04/2024
8	EVERSON DA SILVA SANTANA	PARAGOMINAS/PA	0800150-42.2024.8.14.0130	29/01/2024	conclusos para despacho	Preventiva	Lesão Corporal viol. doméstica	17/04/2024
9	ROBERTO CARLOS PEREIRA	PARAGOMINAS/PA	0800169-48.2024.8.14.0130	02/02/2024	conclusos para recebimento de denúncia	preventiva	Tráfico de drogas	17/04/2024
10	FRANCISCO DE SOUSA DOS SANTOS	PARAGOMINAS/PA	0800203-23.2024.8.14.0130	09/02/2024	Aguardando defesa preliminar	Preventiva	Tráfico de drogas	17/04/2024
11	MAURO SANTOS DA CONCEIÇÃO	PARAGOMINAS/PA	0800222-29.2024.8.14.0130	20/02/2024	Conclusos / MP ainda não ofereceu denúncia	preventiva	Tráfico de drogas	17/04/2024
12	ARLAN SILVA SOUSA	BACABAL/MA	0800031-52.2022.8.14.0130	25/02/2024	Conclusos para decisão sobre citação do réu preso	Preventiva	Homicídio	23/04/2024
13	JEAN SALES CORREA	PARAGOMINAS/PA	0800299-38.2024.8.14.0130	11/03/2024	conclusos para decisão sobre revogação de preventiva	preventiva	Ameaça Lei Maria da Penha	23/04/2024
14	FABRICIO LIMA DO NASCIMENTO	REDEÇÃO/PA	0800140-95.2024.8.14.0130	04/03/2024	Aguardando denúncia do MPI conclusos para decisão sobre preventiva	preventiva	Roubo	23/04/2024
15	ALDO ROMANO CORDEIRO	REDEÇÃO/PA	0800140-95.2024.8.14.0130	04/03/2024	Aguardando denúncia do MPI conclusos para decisão sobre preventiva	Preventiva	Roubo	23/04/2024
16	RAIMUNDO MAICO COSTA BARBOSA	PARAGOMINAS/PA	0800140-95.2024.8.14.0130	04/03/2024	Aguardando denúncia do MPI conclusos para decisão sobre preventiva	Preventiva	Roubo	23/04/2024
17	MARCOS ANTONIO SANTOS ARAUJO	PARAGOMINAS/PA	0800591-57.2023.8.14.0130	27/06/2023	Aguardando Manifestação do MP sobre revogação de preventiva	Preventiva	Tráfico de drogas	23/04/2024
18	FRANCISCA ANDRESSA DE SOUSA SENA	CRF-Ananindeua	0800591-57.2023.8.14.0130	27/06/2023	Aguardando Manifestação do MP sobre revogação de preventiva	Preventiva	Tráfico de drogas	23/04/2024

**9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)**

Em consulta à Lista de Presos Provisórios apresentada pela unidade, verificou-se 02 processos com presos provisórios tramitando há mais de 180 dias: Processo n. 0800600-19.2023.8.14.0130 (01 preso) e Processo nº 0800591-57.2023.8.14.0130 (02 presos). Diante da análise dos processos verificou-se que a revisão da manutenção da prisão cautelar dos presos é realizada a cada 90 dias.

**OBS CGJ:** RECOMENDA-SE ao magistrado adoção das providências necessárias para ultimar o julgamento dos processos de presos provisórios em tramitação há mais de 180 dias, inclusive ajustando a pauta de audiências para priorizar os processos nessa condição.

**9.6. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)**

**Delegacia de Polícia Civil de Ulianópolis**

Em consulta ao sistema **CNIEP**, em 05/08/2024, restou verificado que o magistrado realizou inspeções na Delegacia de Polícia Civil de Ulianópolis nos meses de janeiro a julho de 2024, cujas inspeções encontram-se regularmente cadastradas no referido sistema.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Usuário: TIARA GUEDES A



Inspeções Penais

Principal Cadastrar Retificar Pesquisar Relatórios Contato Manual |

LISTAGEM DE INSPEÇÃO

Esfera: Estadual

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º Grau - Justiça Estadual: 1º Grau - TJPA

Comarca: ULIANOPOLIS

Situação: ATIVO

Estabelecimento Penal: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ULIONOPOLIS

Ano: 2024

Mês: :TODOS(AS):

Condições Estab.: :TODOS(AS):

Considerações:

Providências:

Pesquisar

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Julho/2024	USU580B6D233D0E4	ULIANOPOLIS	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ULIONOPOLIS	Imprimir
Junho/2024	USU6320CDABC5ED3	ULIANOPOLIS	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ULIONOPOLIS	Imprimir
Maio/2024	USU6320CDABC5ED3	ULIANOPOLIS	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ULIONOPOLIS	Imprimir
Abril/2024	USU6320CDABC5ED3	ULIANOPOLIS	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ULIONOPOLIS	Imprimir
Março/2024	USU6320CDABC5ED3	ULIANOPOLIS	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ULIONOPOLIS	Imprimir
Fevereiro/2024	USU6320CDABC5ED3	ULIANOPOLIS	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ULIONOPOLIS	Imprimir
Janeiro/2024	USU6320CDABC5ED3	ULIANOPOLIS	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE ULIONOPOLIS	Imprimir

Número de registros: 7

Página 1 de 1

**OBS CGJ.:** Em 06/08/2024 a equipe da CGJ realizou visita à Delegacia de Polícia Civil de Ulianópolis, cujo relatório encontra-se anexo.

**10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:**

**10.1.** De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

A unidade realiza alimentação e controle de dados no BNMP. Em consulta ao BNMP, não havia inconsistências na data da inspeção.

**OBS CGJ.:** Orienta-se que semanalmente o Diretor de Secretaria realize controle dos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

dados do BNMP a partir da análise da planilha de presos provisórios e definitivos, oportunidade em que deverá realizar o saneamento das inconsistências nos cadastros de mandado de prisão, alvará de soltura e RJJ (Registro Judicial Individual).

**10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

Sim. Durante a inspeção a equipe da CGJ verificou 03 processos por amostragem 0800305-50.2021.8.14.0130, 0008412-24.2018.8.14.0130 e 0800108-61.2022.8.14.0130, nos quais havia Guia de Recolhimento/Execução expedida.

**10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?**

Foram analisados, por amostragem, os processos nº 0800766-22.2021.8.14.0130 e nº 0000827-18.2018.8.14.0130, nos quais restou verificado que a expedição do alvará de soltura ocorreu dentro do prazo de 24 horas.

**10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?**

Sim. O Diretor informou que no mesmo dia da soltura, assim que a decisão é disponibilizada, é efetuada a pesquisa e, sendo negativa, expede-se o respectivo alvará no BNMP.

**10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?**

A unidade informou que nunca ocorreu essa situação. Porém, se houver, será comunicado.

## **11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:**

**11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)**

Não souberam especificar uma data. Porém, informaram que a análise da prescrição é feita diariamente, conforme os servidores vão trabalhando com as ações penais e, constatada a prescrição, os autos são remetidos ao MP para manifestação.

**OBS CGJ.:** Analisando por amostragem os processos 0003773-26.2019.8.14.0130, 0000310-96.2007.8.14.0130 e 0000517-61.2008.8.14.0130 restou verificado que o magistrado realizou análise do prazo prescricional na decisão que determinou a suspensão do processo.

Em consulta ao sistema PJe da unidade judiciária identificou-se as seguintes etiquetas



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

relacionadas a contagem do prazo prescricional:

ETIQUETAS

PRESCR

PRESCRIÇÃO - 2042

PRESCRIÇÃO - 2048

PRESCRIÇÃO - 2050

PRESCRIÇÃO 28.11.2023

PRESCRIÇÃO EM 2025

PRESCRIÇÃO EM 2034

Possível Prescrição

Prescreveu

Prescrição - 2031

Prescrição 2031

Prescrição 2032

Prescrição 2037

Prescrição 2040

Prescrição 2045

Prescrição 2048

ETIQUETAS

PRESCR

Prescrição 2054

Prescrição 2055

Prescrição 2056

Prescrição 2057

Prescrição 2058

Prescrição Outubro de 2023

Prescrição em 2027

Prescrição em 2038

Prescrição em 2055

[D] PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

analisar nulidade de representação e prescrição

analisar prescrição

possível prescrição em dezembro de 2021

**RECOMENDA-SE** que a CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL seja realizada pelo Gabinete conforme a entrada e análise dos processos, bem como seja lançada ETIQUETA nos processos com MÊS e ANO da PRESCRIÇÃO, devendo a prática seja adotada na rotina de gabinete.

**11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)**

A Unidade Judicial ainda não implementou a rotina de verificação das ações penais suspensas, inclusive é uma das **determinações pendentes da Correição de 2023**.

**OBS. CGJ.:** Durante a inspeção foi constatado que a unidade não está realizando o cumprimento ao provimento nº 15/2009-CJRMB.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**RECOMENDA-SE** que seja adotada na rotina de Secretaria da unidade a realização de diligências periódicas para cumprimento do que determina o Provimento n. 15/2009 em todos os feitos suspensos.

**12. EXECUÇÃO PENAL:**

*(O questionário do item execução penal deve ser preenchida quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)*

**12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:**

Data do preenchimento dos dados: 23/04/2024

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e Medidas Alternativas
Total de Execuções Ativas:	00	41
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	00	00
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	00	00
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	00	00
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	00	00
Processos com pendência de implantação*	00	11
Processos com inconsistências*	00	07
Total de processos conclusos	00	31
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	00	27

\*Corregedoria Geral: \*Informações a serem solicitadas à Secretaria de Informática do TJPA (servidor Yan Yuri)

SEEU: A Unidade possui 11(onze) processos com incongruências no Sistema SEEU

Tribunal	Comarca	Vara	Número Único	Nome
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	00035150220178140028	REGINALDO ALVES DA SILVA
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000014520248140130	WENDEN ARAÚJO OLIVEIRA
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000017920238140130	JURACY DA CONCEICAO
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000023020248140130	MAYCON DOUGLAS CASTRO COSTA
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000043420238140130	WELLINGTON FONSECA BRITO
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000051920238140130	KERLISON SOUSA ALVES
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000060420238140130	ANTONIO ELSON COSTA DA SILVA
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000078620238140130	EDUARDO PEREIRA DE SOUSA
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000087120238140130	GILMAR DA SILVA ARRUDA
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	20000760320238140039	MAIKE GOMES DE LIMA
TJPA	Comarca de Ulianópolis	Vara Única da Comarca de Ulianópolis - Execuções Penais em Meio Aberto	70012818620208090051	VALCIR OLIVEIRA DOS SANTOS

**OBS CGJ.:** Foram verificados 11 processos pendentes de implantação no sistema eletrônico de execução unificado (SEEU).

**O DIRETOR DE SECRETARIA DEVERÁ REGULARIZAR AS PENDÊNCIAS APONTADAS NO SEEU, devendo prestar informações no relatório de Correição Ordinária referente à 2024.**

**12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

41 apenados em regime aberto

**12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento**

0031370-78.2018.8.10.0885 - JOÃO CLEUTON DOS SANTOS RODRIGUES (PRD). Em estado regular.  
2000002-30.2024.8.14.0130 - MAYCON DOUGLAS CASTRO COSTA (PRD). Em estado regular.  
7000087-46.2022.8.09.0127 – ANDRE DOS SANTOS LIMA (PRD). Em estado regular.

**12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial**

Não havia processo de medida de segurança na unidade judicial.

**12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

0000141-36.2012.8.14.0130 - RUBENS CLEI TEIXEIRA ROMAO – ATESTADO DE PENA EMITIDO

**13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:**

**13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)**

Sim. As audiências de custódia são realizadas, em regra, em 24 horas.

**13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?**

Considerando a data da inspeção, a última audiência de custódia havia ocorrido em 17/04/2024.

**13.3. Perfil da pauta:**

**a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?**

41 audiências estão designadas para o mês de junho.

**b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?**

Na data da Inspeção, não havia audiências designadas para os processos com presos provisórios.

**14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?**

02 sessões

**14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?**

As 02 sessões foram realizadas, não houve redesignação.

**14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.**

05 processos.

**15. CORREIÇÃO ANUAL:**

**15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.**

A última correição anual foi realizada pelo magistrado no período de **07 a 09 de fevereiro de 2024**, registrada no PJEOR nº 0000680-55.2024.2.00.0814.

**15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?**

Encontra-se pendentes de cumprimento as seguintes determinações:

a) O acompanhamento regular dos processos suspensos com base no art. 366 do CPP:

O Diretor informou que a Comarca de Ulianópolis não dispõe de servidores suficientes para efetuar essa tarefa. Entretanto, pelo menos uma vez a cada 90 dias, será realizado mutirão para tramitar os processos ao Ministério Público, sendo colocadas etiquetas sobre a última movimentação, a fim de que seja cumprida as determinações contidas no Provimento 15/2009-CJRMB.

b) Realizar reuniões com a rede de apoio da infância e juventude:

Não houve, no último ano, reuniões com a rede de apoio da Infância e Juventude. Foi informado que em razão das constantes alterações de magistrados na Unidade Judicial ainda não foi possível agendar e realizar as referidas reuniões, porém comprometeram-se a adotar medidas para que sejam realizadas e registradas em atas as reuniões com a rede de apoio.

c) Cadastramento e destinação de bens apreendidos:

O Magistrado determinou o levantamento de todos os bens apreendidos nesta Comarca, com a finalidade de dar cumprimento ao Provimento Conjunto n. 002/2021-CJRMB/CJCI. Está sendo feito o cadastro dos bens perante o SNGB, para que depois seja dada a devida destinação.

**16. UNAJ:**

O chefe da Unidade na Vara única de Ulianópolis é o servidor HELTER DE SOUZA DIAS, exclusivamente comissionado, em exercício desde 13/03/2023.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

O servidor atua no cálculo das custas processuais, emitindo o relatório de conta do processo e boleto bancário das custas iniciais, intermediárias, finais e recursos em geral, bem como certidões. Porém, apesar de já ter atuado anteriormente nas comarcas de Santa Luzia e Concórdia, ainda apresenta muita dificuldade na realização dos Procedimentos de Cobrança de Custas Processuais (PAC), regulado pela Lei Estadual nº 9.217, publicada em 8 de março de 2021.

Na data da Inspeção, restou verificado um acervo de **77 processos de PAC's** (sendo o mais antigo de 06/04/2023). Ressalta-se que desde abril/2023 apenas 01 processo de PAC foi realizado, com a ajuda da Regional de Paragominas.

**OBS CGJ.:** Diante do apurado na inspeção, a CGJ sugere que seja realizado **Curso de Reciclagem para o servidor da UNAJ, preferencialmente na modalidade presencial**. Ressalta-se que a chefe da Regional – UNAJ PARAGOMINAS.

**Ulianópolis (PA), data da assinatura eletrônica.**

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596 Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596  
Dados: 2024.08.30 15:01:43 -03'00'

**SÍLVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA**  
**Juíza Auxiliar da Corregedoria**

**TIARA GUEDES AIRES**  
**Servidora da CGJ**

**Leituras obrigatórias:**

- **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023**, de 30.10.2023 (TJPA e TRT 8ª Região, solicitação de lista de processos trabalhistas quando do deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência;
- **COMUNICADO Nº 1/2023-CIJEP**A, de 01.06.2023 (sugestões aos magistrados do TJPA sobre como proceder acerca das ações ajuizadas contra instituições bancárias reivindicando a revisão de contratos ou a declaração de inexistência de relação jurídica com características de possíveis demandas predatórias);